

## **O espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: ambientes de aprendizagem coletiva e construção do conhecimento.**

The space of dialogue about agrobiodiversity in North Coast of Rio Grande do Sul State: places of collective learning and knowledge construction.

LUZ, Lidiane Fernandes da<sup>1</sup>; KUBO, Rumi Regina<sup>2</sup>; MARQUES, Flávia Charão<sup>3</sup>

1DESMA - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica/PGDR-UFRGS, Porto Alegre/RS - Brasil, lidianefernandesdaluz@yahoo.com.br; 2Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre/RS - Brasil, rumikubo2002@yahoo.com.br; 3Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre/RS - Brasil, flavia.marques@ufrgs.br.

---

**RESUMO:** Diversas organizações estão atuando no Litoral Norte do Rio Grande do Sul para encontrar alternativas de renda que possam ser compatíveis com as normas estabelecidas para a conservação da Mata Atlântica e a viabilização das práticas dos agricultores familiares. Essas organizações estabeleceram um espaço de diálogo sobre a agrobiodiversidade, os quais caracterizarem-se enquanto ambientes de aprendizagem coletiva e construção de conhecimento. As complexas relações estabelecidas apontam as divergências entre os envolvidos, valorizando seus aspectos culturais ou àqueles relacionados à legislação. As formas de construir conhecimento coletivamente baseiam-se nos contatos sucessivos que possam propiciar uma interface entre os conhecimentos, técnico e local. No entanto, constata-se que esse processo ocorre a longo prazo, o que não impede os agricultores de seguirem com suas práticas. Além disso, o fato de adequarem-se a legislação apresenta algumas contradições, se por um lado pode legitimar as atividades dos agricultores, por outro pode inibir algumas possibilidades criativas, restringindo-as à norma estabelecida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agrobiodiversidade. Espaços de diálogo. Agricultura Familiar.

**ABSTRACT:** Diverse organizations are attending the North Coast of Rio Grande do Sul to find alternative income compatible with the standards of conservation of the Atlantic Forest and viability of the practices of family farmers. These organizations have established a space of dialogue about agrobiodiversity, characterized as places of collective learning and knowledge building. The complex relationships established highlight the divergence between those involved, enhancing their cultural aspects or those related to legislation. The ways to collectively construct knowledge are based on the successive contacts that could provide an interface between knowledge, technical and local. However, though it appears that this process occurs in the long term, it does not impede the farmers to continue their practices. Moreover, the fact of conforming to the rules does present some contradictions, on the one hand it may legitimize the activities of the farmers, on the other, it could inhibit some creative possibilities, restricting them to the established norm.

**KEY WORDS:** Agrobiodiversity. Spaces of Dialogue. Family Farming.

Correspondências para: lidianefernandesdaluz@yahoo.com.br

Aceito para publicação em 27/01/2014

## Introdução

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul reúne em torno dos alimentos oriundos da agricultura familiar uma diversidade de ações desenvolvidas por organizações que atuam na extensão rural, associações e cooperativas de agricultores, além de grupos organizados de consumidores destes produtos. Essas relações vêm se fortalecendo e gerando diversos encontros nos quais esses atores expõem suas expectativas e problemas vinculados à produção e às normas que a regulamentam. Neste sentido, pode-se dizer que existe uma rede de pessoas envolvidas com o tema na região, que frequentemente se encontram, seja para vender e consumir esses produtos, seja para debater sobre questões referentes a eles. Essa dinâmica de ação coletiva parece levar à criação de um 'espaço de diálogo' no qual se evidenciam as diferentes posições dos envolvidos na rede, cuja participação ocorre, em alguns casos, ressaltando somente os aspectos legais e científicos que envolvem a agrobiodiversidade. Outros participantes reforçam aspectos simbólicos e qualitativos muito mais relacionados a modos de vida ou opções de consumo específicos. Ainda, há aqueles que focam sua atuação e interesse na necessidade de uma adequação das normas vigentes para esses produtos.

O tema da agrobiodiversidade, ilustrado neste trabalho pelos produtos da agricultura familiar, é apresentado aqui a partir de uma noção ampla, em que a conservação se daria através de sua própria circulação e uso, incluindo produtos diversos, oriundos da produção agrícola local e da biodiversidade nativa (SANTILLI; EMPERAIRE, 2006). O próprio conceito de agrobiodiversidade, nesta perspectiva, estaria associado a saberes e práticas culturais, e sua conservação seria dependente dos que possuem um saber-fazer em relação a ela. A utilização do termo 'produtos da agrobiodiversidade' pretende compreender todos aqueles alimentos com qualidades específicas ligadas ao rural, como produtos coloniais,

tradicionais, artesanais, da agricultura familiar, da terra, da biodiversidade e da sociodiversidade. Devido às muitas especificidades normativas e legais que regem a diversidade desses produtos, neste trabalho serão abordados apenas produtos de origem vegetal, como pães, geléias e sucos.

É válido lembrar que o espaço de diálogo, como tratado nesse trabalho, não se refere especificamente a encontros propriamente ditos, como reuniões, seminários e outros eventos, mas parte da compreensão de que há uma construção cotidiana de um espaço de aprendizagem e de construção de conhecimento, realizada por agricultores, técnicos e consumidores através de múltiplas práticas e processos. Assim, o espaço de diálogo vai se conformando em cada visita técnica, na participação dos agricultores em diferentes encontros, nas inovações realizadas pelos agricultores em seu processo de trabalho, no contato de quem produz com quem consome, e assim por diante. É conveniente reforçar que todas essas atuações exercem de uma forma ou outra alguma influência sobre a fabricação dos produtos e sua comercialização, bem como sobre os processos técnicos e organizacionais relacionados. Para analisar e refletir sobre as relações que ocorrem nesse espaço foi utilizado o referencial teórico das comunidades de práticas, que, de acordo com Stuver (2008) são compostas por pessoas que deliberadamente se engajam em processos de aprendizagem coletiva por um longo período de tempo, com o objetivo de ter insights e alterar a ordem social a longo prazo.

Neste contexto, este trabalho objetiva analisar como diferentes atores sociais atuantes no Litoral Norte do Rio Grande do Sul estão criando espaços de diálogo para viabilizar a produção de alimentos provenientes da agrobiodiversidade.

## Aspectos metodológicos

Os estudos que dão origem à análise e reflexões aqui abordadas foram conduzidos através do acompanhamento de encontros que tratavam do

tema da agrobiodiversidade na região do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. Através da observação desses encontros, e de entrevistas realizadas com alguns participantes, foi possível identificar as questões prioritárias no que se refere aos produtos da agrobiodiversidade, bem como as relações entre as organizações que estão criando um espaço de diálogo sobre esta temática.

O acompanhamento desses encontros ocorreu entre dezembro de 2010 e novembro de 2011 em reuniões nas quais estavam presentes órgãos governamentais envolvidos na regularização dos produtos da agrobiodiversidade, grupos de pesquisa e extensão rural e grupos de agricultores. Foram registrados e analisados 25 encontros, sob diferentes conformações, como reuniões, seminários e visitas técnicas, que concentraram-se no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, nos municípios de Dom Pedro de Alcântara, Maquiné, Osório, Itati, Três Cachoeiras e Três Forquilhas, alguns deles ocorrendo também em Porto Alegre, capital do estado.

As entrevistas pautaram-se pelo método biográfico denominado história de vida, que de acordo com Cotanda et al. (2008) privilegia o depoimento de pessoas para estudar acontecimentos históricos, instituições e grupos sociais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado com os participantes dos encontros sobre agrobiodiversidade a fim de elucidar as questões tratadas nos encontros. Foram realizadas 31 entrevistas que abarcaram representantes de oito organizações de agricultores, duas redes formalizadas compostas por diversas organizações, quatro organizações que trabalham com extensão rural e uma organização de pesquisa e extensão rural. Complementarmente, foram entrevistados técnicos de órgãos governamentais que participaram dos encontros.

### **Os primórdios do espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade.**

Na região denominada Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, encontra-se uma situação ecológica e social diversificada, com grande parte do território sendo ocupada pela formação florestal denominada Mata Atlântica. Esta é um dos 25 *hot spots* de biodiversidade reconhecidos no mundo, os quais correspondem a áreas que perderam 70% de sua cobertura vegetal original, mas que juntas correspondem a 60% de todas as espécies terrestres do planeta (Leal e Câmara, 2005).

Sobre as áreas de domínio da Mata Atlântica foi onde ocorreu a maior parte da ocupação durante o processo de colonização do país, que atualmente corresponde a 61% do total da população. A consequência é um processo histórico de degradação ambiental e uma imensa perda de diversidade, restando, hoje, apenas 7% da vegetação original (Leal e Câmara, 2005). Isto tem sido um dos argumentos para desencadear uma série de movimentos e ações objetivando a conservação ambiental nestas áreas.

Na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como em outras regiões brasileiras, o processo de modernização da agricultura avançou entre os anos 1960 e 1990, sem a inclusão da população local formada por agricultores familiares e comunidades tradicionais (indígenas e afrodescendentes). Com isso, gradativamente, parcelas consideráveis dessa população abandonaram essa região em busca de oportunidades de trabalho. Aqueles que continuaram em suas localidades passaram, nas décadas seguintes, a enfrentar dificuldades ao terem suas práticas cerceadas pela legislação ambiental em razão do estabelecimento de áreas de preservação permanente (APP) e regulações sobre o uso de áreas em torno das Unidades de Conservação (UC).

Com isto, já na década de 1990, passaram a atuar na região organizações não-governamentais

(ONGs) que tratavam principalmente de questões relacionadas ao meio ambiente e à conservação dos ecossistemas locais, vinculadas a defesa de um modo de produção agrícola mais adequado aos princípios de proteção ambiental. Essas organizações, ainda que mais voltadas à conservação ambiental, tinham uma preocupação com as populações rurais e sua qualidade de vida.

A questão ambiental como temática central na formação dessas organizações provavelmente ocorreu devido à grande degradação dos recursos naturais da Mata Atlântica na segunda metade do século passado. Todavia, a preocupação com o meio ambiente por parte dos ativistas, na prática, não deixou de incluir questões sociais, uma vez que as ações, ao longo dos anos, incluíram propostas de geração de renda para as famílias da região, incluindo a agricultura, o extrativismo, o artesanato, o ecoturismo e o turismo rural, com ênfase na valorização dos produtos locais e na produção de base ecológica. Dentre essas, as alternativas envolvendo o extrativismo de espécies florestais, em especial, deram origem a uma discussão acirrada entre ambientalistas, antropólogos, comunidades extrativistas/agricultoras e órgãos do governo. Esse debate aproximou muitos pesquisadores, pois além do próprio debate ser foco de pesquisa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul recebeu a demanda de propor orientações para um manejo sustentável das espécies com potencial para o extrativismo, gerando um afluxo de estudantes e ampliação do interesse sobre os temas relacionados.

Neste contexto, a movimentação associada à criação de várias ONGs no Litoral Norte, e que esteve relacionada ao envolvimento de movimentos estudantis, ambientalistas, sociais e de setores da Igreja Católica, recebeu reforços quando se formaram cooperativas de consumidores ecológicos, associações e cooperativas de agricultores familiares. Mais recentemente,

universidades, através de projetos de extensão universitária, também passaram a atuar oficialmente com esses grupos, assim como, a Emater/RS (extensão rural pública) e órgãos governamentais relacionados à execução de diferentes políticas públicas ou responsáveis pelo controle e fiscalização da produção.

Uma iniciativa de diálogo entre diversas organizações ocorreu primeiramente como forma de buscar alternativas de renda para as famílias de agricultores, através de atividades que fossem condizentes com a legislação ambiental vigente, a qual não comporta, muitas vezes, práticas tradicionalmente realizadas por essas comunidades. As diversas organizações reunidas em torno deste propósito passaram a se encontrar com regularidade e vêm contribuindo significativamente para a emergência do espaço de diálogo acerca do tema da agrobiodiversidade.

O acompanhamento dos encontros permitiu perceber que quando o assunto é o processamento e a comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar, as questões que se referem à necessidade de uma legislação específica para esses agricultores e seus processos produtivos são recorrentes.

A avaliação geral dos participantes desse espaço de diálogo é de que as normativas que não diferenciam agroindústrias familiares das indústrias de grande porte têm sido uma das maiores barreiras enfrentadas ao tentar viabilizar o processamento dos produtos da agrobiodiversidade. Além disso, percebem que há diversas interpretações das normas e regras, o que dificulta ainda mais as tentativas de adequação. Há, também, um debate permanente sobre 'qualidade', identificando-se posições que associam a qualidade do alimento unicamente aos aspectos sanitários (por exemplo, pelo critério da inocuidade) e outras opiniões que relacionam a qualidade ao modo de preparo artesanal, levando

em consideração critérios simbólicos, ligados aos conhecimentos envolvidos na produção do alimento e especificidades quanto sua origem e sabor.

Na região, a produção informal resiste ao tempo, e percebe-se que alguns agricultores não têm nem mesmo o interesse na regularização de seus estabelecimentos, pois seus produtos são muito procurados pelos consumidores, evidenciando uma relação baseada na confiança e na identificação da qualidade dos produtos a partir da interação direta. Porém, cresce a possibilidade de fornecimento para mercados institucionais como mais uma alternativa de comercialização, deste modo, surge o imperativo da regularização das unidades processadoras. Porém, há dificuldades na obtenção desta regularização e os agricultores já preveem que, mesmo a comercialização direta nas feiras pode vir a sofrer as consequências dessa condição de informalidade, especialmente se a fiscalização sanitária intensificar a atuação nesse espaço.

São relatados casos de agricultores que tiveram seus produtos apreendidos nas feiras, fato que, também contribui para o acirramento do debate sobre a legislação e sobre como buscar o respaldo legal para a produção. Sendo assim, a busca da regularização em cada etapa do processo, sendo na produção agrícola, na unidade de beneficiamento ou na comercialização dos produtos da agricultura familiar, debatida durante esses encontros sob a temática da agrobiodiversidade, apresenta-se complexa e fragmentada, regida por diversas normas e uma legislação por vezes contraditória e que não se adéqua à realidade da produção familiar de alimentos.

Por outro lado, são diversas as políticas de incentivo à agricultura familiar, algumas delas em pleno funcionamento no estado do Rio Grande do Sul, onde se pode tomar o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Alimentação Escolar

(PNAE). Assim, ao mesmo tempo em que as políticas ampliam o potencial dos mercados institucionais, constata-se que a legislação ambiental e sanitária, acaba impedindo, muitas vezes, o acesso dos agricultores a tais mercados. Somando-se a isso, parece existir uma demanda cada vez maior dos consumidores pelos produtos oriundos da agricultura familiar, seja por aspectos relacionados à saúde ou à valorização do modo de vida rural. Sendo assim, o papel dos técnicos que atuam junto aos agricultores, seja na extensão rural ou na fiscalização sanitária e ambiental, muitas vezes, situa-se entre o cumprimento da legislação e a valorização das práticas dos agricultores.

Essa dinâmica em curso no Litoral Norte do Rio Grande do Sul se trata de um processo emergente e identifica-se uma complexidade de fatores envolvidos: políticas públicas nacionais e estaduais em curso, novas leis sendo criadas, diversos projetos de pesquisa e extensão rural na região, organização de encontros com a participação de diversos atores e suas organizações. Estes fatores em seu conjunto propiciam um ambiente dinâmico e gerador de espaços de diálogo, nos quais se identifica um processo reflexivo sobre as práticas emergentes, especialmente com o intuito de apontar caminhos para estratégias de desenvolvimento rural.

Conforme Ploeg et al. (2011) as práticas dos agricultores são elucidativas do processo de desenvolvimento rural em curso. Isto contraria as posições que defendem que o desenvolvimento rural emerge como um processo único dirigido majoritariamente pelo Estado, o qual pode financiar a produção de bens públicos. Neste sentido, o estudo conduzido no Litoral Norte do Rio Grande do Sul corrobora a afirmação dos autores de que, na prática, são os agricultores, camponeses, cidadãos e movimentos sociais que engatilham os processos de desenvolvimento rural e os fazem avançar, através, por exemplo, de novas redes que ligam o rural e o urbano.

### **A necessidade do diálogo para o estabelecimento da coerência nas relações.**

Uma leitura corrente entre os entrevistados durante a pesquisa é de que não existe uma tradição regional em cooperativismo, associativismo ou outros tipos de trabalhos coletivos entre os agricultores familiares. Essa característica seria justificada pelas más experiências dos agricultores com essas formas de organização coletiva, mas também atribuídas às características culturais dos moradores. Todavia, este cenário parece estar sofrendo algumas modificações, uma vez que se percebe a emergência de uma série de ações coletivas que têm desencadeado o fortalecimento de grupos já existentes e a busca de novas formas organizativas.

As relações estabelecidas entre as organizações que vêm dialogando entre si demonstram algumas proximidades e afastamentos entre elas, isto porque, apesar de atuarem conjuntamente no debate sobre os produtos da agrobiodiversidade, existem algumas divergências, embora sejam bastante claras as aprendizagens coletivas.

Os técnicos das diferentes organizações reconhecem a dificuldade em dialogar com outras entidades, mas alegam que esta é uma questão complexa, sendo necessária a construção de um espaço de diálogo permanente entre elas, o qual, nem sempre avança na velocidade e da forma esperada, constituindo-se a médio e longo prazo. Porém, trata-se de uma importante ferramenta para que as instituições se reconheçam e estabeleçam, ao menos, formas de convivência possíveis.

Os órgãos que fiscalizam os produtos da agricultura familiar abordam a dificuldade de compreensão da legislação por parte dos agricultores, cabendo às organizações de extensão rural atuar enquanto mediadoras dessa relação, realizando um tipo de “tradução”. Porém, o que se

verifica na prática é que mesmo as organizações responsáveis por essa mediação não compreendem as minúcias do processo, cuja informação está centrada, muitas vezes, em poucas pessoas no âmbito do órgão fiscalizador.

No entanto, apesar das dificuldades no diálogo, uma proposta quase unânime entre as organizações é a necessidade de uma ação conjunta em relação aos produtos da agrobiodiversidade, sendo os agricultores protagonistas desse processo, mas dentro de um projeto coletivo, envolvendo diversas organizações.

Esta criação de um espaço de diálogo em torno de um ponto em comum pode ser entendida como uma comunidade de prática (WENGER, 1998), considerando que comunidades de prática estão baseadas no engajamento de pessoas em relação a um mesmo tema, por meio de encontros constantes, de tal forma que fortalecem a própria relação e seu entendimento e envolvimento com o tema (STUIVER, 2008). Comunidade de prática envolve necessariamente aspectos como aprendizagem coletiva, comprometimento dos envolvidos e compartilhamento do conhecimento gerado (ECKERT, 2006; WENGER, 2006).

Uma estratégia apontada neste sentido é o planejamento de “dias de campo”, envolvendo técnicos dos órgãos legisladores, de forma que estes vivenciem, na prática, a realidade dos agricultores e suas principais dificuldades. Deliberadamente, o objetivo é sensibilizar esses profissionais quanto às questões reivindicadas por dentro do espaço de diálogo, ou melhor, chamá-los a compor coletivamente o desenvolvimento de projetos.

Outra estratégia tem sido a realização de seminários de nivelamento, principalmente sobre as questões legais, envolvendo toda a cadeia produtiva dos produtos da agricultura familiar. Considerando que há opiniões e interpretações

divergentes mesmo entre os técnicos, o intuito é, através destes encontros, buscar acordos, de modo a ter uma posição comum em relação às questões técnicas e legais. Além disto, tais encontros passam a constituir um espaço para a construção conjunta de propostas que possam ser encaminhadas junto às diferentes organizações, considerando as reivindicações das várias partes envolvidas.

Wenger (1998) destaca três dimensões das comunidades de prática que seriam suas “fontes de coerência”: o engajamento mútuo, o empreendimento conjunto e o repertório partilhado. O engajamento mútuo estaria baseado nas interações sociais que são promovidas por meio do encontro, envolvendo conflitos e tensões que surgem nesta convivência. O empreendimento conjunto caracteriza-se por um processo negociado entre os participantes que partilham uma experiência comum. E o repertório partilhado refere-se a um ajustamento feito pelos membros da comunidade às suas próprias interpretações a fim de conferir coerência à prática que os une.

Identifica-se o esforço das articulações na busca de fontes de coerência, percebido, por exemplo, nas tentativas de superar o histórico isolamento das organizações, que teria resultado nas dificuldades encontradas atualmente, relativas à ausência de diálogo, que prejudica principalmente o agricultor familiar, vítima da falta de interlocução entre os setores. A complexidade trazida pela diversidade de organizações atuando junto aos agricultores familiares requer, na articulação entre elas, uma definição dos objetivos comuns e específicos, na tentativa de não sobrepor ações ou disputar o mesmo espaço, mas atuar complementarmente.

Em relação a estes aspectos, Wenger (1998) evidencia que o engajamento mútuo, embora necessário para a constituição de uma comunidade de prática, não ocorre necessariamente de uma

forma pacífica ou harmoniosa. Para lá da confiança, existem conflitos e tensões, como seria de esperar num conjunto de pessoas que convivem. Neste sentido, é válido lembrar que para a comunidade de práticas é importante tanto a sobreposição daqueles que tem a mesma visão sobre o assunto quanto a interação com outros parceiros, cujos saberes sejam complementares àqueles.

Dentro dessa comunidade de prática, especificamente, os diferentes saberes e visões foram mobilizados a fim de responder a uma questão maior e complexa relativa à produção familiar de alimentos. Por mais contraditórios que possam parecer em determinados momentos, esses saberes são complementares de algum modo, daí, a relevância do avanço do espaço de diálogo como contribuição à construção de determinados acordos ou tomadas coletivas de decisão, de modo que contemplem os aspectos mais importantes para cada um dos envolvidos.

#### ***Storylines: fontes de coerência e divergências em uma comunidade de práticas.***

Dentro do espaço de diálogo, percebido como uma comunidade de prática, identifica-se que as diferentes posições entre os participantes estão bastante relacionadas com a organização a que pertencem, mas também em relação às vivências e trajetórias pessoais. Desta forma, o esforço analítico é de perceber pontos em comum entre elas, no sentido de compreender como contribuem para o fortalecimento da comunidade de prática.

Em outras palavras, trata-se de elucidar como está sendo construído o repertório partilhado, que Wenger (1998) sugere como um ajustamento das diferentes interpretações das ações por parte dos membros de uma comunidade de prática ao envolverem-se conjuntamente na construção de algo comum. Lança-se mão aqui da noção de *storylines* que, segundo Stuver (2008) podem explicar as divergências e coerências de uma

comunidade de prática, pois representam a própria busca de alinhamentos entre os membros através da qual podem criar entendimento mútuo. A autora entende as *storylines* como uma proposta de unidade entre as diferentes estratégias e especificidades dos atores, inclusive, porque podem vir a legitimar e tornar relevantes as atividades existentes em uma determinada comunidade de prática. Assim, encontrar elementos comuns nas trajetórias dos atores que conferem sentido às configurações emergentes pode auxiliar a compreensão do processo.

As organizações dos agricultores familiares, por exemplo, ressaltam o fato de que as questões ambientais, tão em voga atualmente quando se fala de agricultura familiar, devem ser consideradas no planejamento das atividades no meio rural, mas visando a garantia da produção do agricultor, para que, além dos recursos naturais, a família do agricultor também possa ser mantida.

O órgão ambiental, representado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, parece estar em um momento favorável ao diálogo, tendo criado a partir da sua participação nos espaços de diálogo, um grupo interno a fim de propor alternativas para as principais questões relacionadas ao manejo da agrobiodiversidade.

Técnicos pertencentes aos órgãos que regulam a parte sanitária dos alimentos, com implicações no processamento dos produtos da agrobiodiversidade, trazem para a discussão aspectos relacionados à responsabilidade que deve estar implícita nessa produção. São evidenciadas neste sentido as contaminações físicas, químicas e biológicas que podem ocorrer nos alimentos, que ao serem consumidos podem causar enfermidades e oferecer riscos à saúde pública. Desta forma, todas as etapas do processo de regularização seriam necessárias para a garantia da qualidade do produto, assim como o cumprimento de todas as normas exigidas pela legislação sanitária, cabendo ao agricultor

conhecê-las e cumpri-las, caso optem por produzir e comercializar alimentos.

Entre a organização de assistência técnica oficial e as ONGs que atuam no Litoral Norte, existem divergências marcantes em relação às orientações dadas aos agricultores familiares. De acordo com os técnicos das ONGs, as orientações não podem ficar restritas exclusivamente às exigências legais, desconsiderando outras questões tão importantes quanto, relacionadas ao histórico da atividade e suas peculiaridades. A tentativa de construir algo intermediário, que garanta a qualidade da produção a ponto de atender as exigências sanitárias e que também mantenha os aspectos culturais da atividade, tentativa da maior parte das ONG, entra em conflito, muitas vezes, com a assistência técnica oficial e mais diretamente com os órgãos normatizadores e fiscalizadores.

Sendo assim, procuram adequar às normas sanitárias envolvidas na produção de pães, doces e sucos de frutas, por exemplo, à realidade da região onde atuam, a fim de contemplar as questões envolvendo a higiene dos locais de processamento, mas mantendo os aspectos que justamente caracterizam o meio rural e suas práticas. Peculiaridades que podem gerar, inclusive, outras formas de trabalho para os agricultores, como é o caso das atividades de turismo rural. A essa capacidade de adequação entre diferentes posições, Wenger (1998) se refere como uma função de sustentação da própria comunidade de práticas. Seriam pessoas que de certa forma atuam como pacificadores, apontando caminhos intermediários entre posições opostas.

O repertório partilhado denominado por Wenger (1998) sugere um ajustamento das diferentes interpretações das suas ações por parte dos membros de uma comunidade de práticas ao envolverem-se conjuntamente na construção de algo comum. Desta forma, as *storylines* podem explicar as divergências e coerências de uma

comunidade de práticas, pois representam a própria busca de alinhamentos entre os membros através da qual podem criar entendimento mútuo. Stuver (2008) entende as *storylines* como uma proposta de unidade entre as diferentes estratégias e especificidades dos atores. Encontrar *storylines* comuns que confirmem sentido a essa configuração é importante como forma de tornar o processo mais simples e compreensível, além de legitimar e tornar relevantes as atividades existentes em uma determinada comunidade de práticas.

Para além do cumprimento da legislação, o principal fator identificado para as diferentes posições dos técnicos no que se refere ao diálogo está relacionado com as experiências vivenciadas junto aos agricultores familiares. Alguns órgãos, apesar de terem influência direta sobre o processo de regularização presente em cada etapa da cadeia produtiva dos produtos da agrobiodiversidade, não necessariamente tem alguma relação com o rural ou os agricultores familiares. Um diferencial neste sentido é a apropriação do modo de vida dos agricultores, a disposição para convivência, aprendizado e entendimento de suas particularidades. Nem todos os técnicos que trabalham com os agricultores se dispõem a essa interação, mas os que tiveram esse tipo de experiência agem no sentido de fomentar algumas práticas, mais do que na aplicação estrita e rigorosa da legislação. Aqueles que de algum modo convivem e percebem seus modos de se relacionar com o meio ambiente, de onde extraem seus produtos, em geral, consideram outras características para além das exigências legais quando expõe sua opinião ou escutam as reivindicações dos agricultores.

Neste sentido, as posições entre os técnicos variam entre aqueles que acreditam que a legislação deve ser seguida de forma estrita, devido a importância de todos os cuidados necessários que garantam a qualidade da produção e a saúde ambiental e dos consumidores;

e os que defendem que as normas devem ser criadas a fim de atender as necessidades da população e que a qualidade dos produtos oferecidos pela agricultura familiar inclui também elementos de uma artesanidade, tradição e conhecimentos implícitos que lhes são característicos e lhes conferem originalidade.

### **Espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade: os limites do diálogo**

A comunidade de práticas sobre agrobiodiversidade no Litoral Norte opera através de encontros com diferentes conformações, desde reuniões, oficinas, feiras de produtores, até festivais e seminários técnicos. Apesar do espaço de diálogo constituir-se também a partir das relações cotidianas entre pessoas e organizações, são nos momentos coletivos que algumas questões tornam-se mais evidentes, pois os atores precisam assumir suas posições perante os outros, de acordo com a organização a qual pertencem, por exemplo. Nesses momentos tornam-se mais perceptíveis também os diferentes interesses dos atores, as afinidades entre eles e as relações de poder existentes.

A partir de uma experiência vivenciada em um projeto multi-institucional no Litoral Norte, alguns técnicos ressaltam que, embora em um projeto nestes moldes, aparentemente, todos pareçam ter o mesmo objetivo e estejam supostamente dispostos ao diálogo, cada organização tem o seu foco, seja na pesquisa, extensão ou normativo. O desafio estaria em conseguir articular esses diferentes interesses e ter uma visão do conjunto, do que realmente é necessário para que famílias agricultoras se desenvolvam e agreguem valor aos seus produtos.

Segundo Sabourin (2009) em um processo de aprendizagem é necessário que cada um compreenda o outro para que possam atuar juntos, pois o conhecimento do outro se torna conscientização mútua entre atores pertencentes a

mundos e lógicas diferentes. De acordo com o autor, existirá aprendizagem se houver reconhecimento, inclusive da especificidade e das estratégias do outro, o que constitui uma premissa e um motor para a ação conjunta, e pode ser obtido através de representações comuns.

Em um contexto semelhante ao exemplo citado acima, Ploeg (2008) argumenta que um dos princípios fundamentais no exercício do diálogo está relacionado com a mudança de uma desconfiança mútua para uma cooperação negociada entre agricultores e organizações. Stuver (2008) afirma que através da aprendizagem do diálogo, diferentes interesses podem ser conciliados, sendo necessário para tanto um processo de negociação entre os diferentes conhecimentos que estão envolvidos no processo.

O uso de metodologias participativas marcou alguns dos encontros sobre agrobiodiversidade, a fim de tornar o evento mais dinâmico e participativo. Nas reuniões de planejamento que antecederam os encontros foram discutidas quais metodologias poderiam ser usadas para criar esse ambiente participativo, facilitando o diálogo entre diferentes organizações. Metodologias participativas, de acordo com Thiollent & Silva (2007),

“abrangem um amplo conjunto de métodos e técnicas de pesquisa, ensino, extensão, avaliação, gestão, planejamento, etc., cujo denominador comum é o princípio da participação, em diversas formas e graus de intensidade, de todos os atores envolvidos nos problemas que pretendem solucionar” (p. 94),

sendo fundamental, na aplicação dessas metodologias a experiência dos sujeitos ou grupos envolvidos nesse processo (Kubo, 2009).

Em relação a essa metodologia de trabalho, Guivant (1997) apresenta uma reflexão interessante, ao considerar os limites da

abordagem e método participativos. De acordo com a autora, esses limites estão relacionados às relações de poder entre os atores e as complexas forças sociais e políticas entre os agricultores e os agentes do desenvolvimento. Desta forma, acabaria sendo reproduzido neste discurso participativo o caráter intervencionista dos que vem de fora com poder e pretendem passá-lo para agricultores despossuídos do mesmo. Isso reflete em um comportamento tímido da maior parte dos agricultores nestes eventos, que assumem um papel de espectadores aguardando por uma decisão mais favorável às suas questões. No entanto, não é raro surpreender-se com atitudes inesperadas de agricultores e técnicos que expõem suas reivindicações, ainda que isso possa acarretar-lhes algum constrangimento, por exemplo, evidenciando uma inconformidade de suas práticas em relação à legislação.

Uma situação que ocorreu em um dos encontros registrados evidenciou essas questões de poder entre os técnicos e os agricultores. O planejamento do encontro incluía os relatos dos agricultores na mesa de debate, expondo suas principais questões, porém, ao contatar esses agricultores, os organizadores do evento perceberam que isso não seria possível, pelo fato de muitos deles encontrarem-se na informalidade perante algumas normas de instituições que estariam presentes na ocasião.

Ao apresentar a aprendizagem como participação, no contexto das comunidades de práticas, Wenger (1998) ressalta:

“É necessário garantir a possibilidade de um espaço de participação em que a resistência e/ou transformação do que existe seja possível, em que o contributo de outros, para lá dos que já se instituíram como poder, seja não só permitido, mas pertinente. Só assim, é que os diversos membros de uma comunidade reconhecem sentido na sua participação, só

assim é que percebem ser valorizado o seu engajamento e se envolvem na constituição e sustentação de um empreendimento conjunto”. (WENGER, 1998, p. 83).

Neste sentido, o autor esclarece que os participantes precisam sentir que contribuem para a construção de algo comum, ou seja, não simplesmente pelo fato de estarem presentes irão sentir-se contemplados ou participando do encontro.

Em diversos momentos nos encontros registrados ficou evidente a disposição dos agricultores para o diálogo, a fim de esclarecerem suas dúvidas, conhecerem os procedimentos necessários de adequação às normas existentes e também, terem espaço para sugerir algumas modificações em regras que não cabem à sua realidade. Poderíamos nos questionar neste momento se alguns técnicos teriam essa mesma disposição, ao que Sabourin (2009) em um contexto semelhante de diálogo entre diversos atores, com diferentes visões e perspectivas, coloca que, os técnicos (os quais ele chama de funcionários do Estado e dos serviços públicos)

“não apresentam a mesma sede ou vontade de conhecimento, muito menos a capacidade de imaginar que podem aprender entre pares e menos ainda junto a agricultores (...)”.

Obviamente não se pode de antemão julgar as atitudes dos representantes das organizações governamentais presentes, mas, foi possível observar em alguns encontros que estes participavam apenas da parte inicial, quando afirmavam perante o público um grande interesse na discussão proposta e disposição para o diálogo. Porém, muitos deles ausentaram-se no segundo momento, quando seriam realizadas as discussões e encaminhamentos em pequenos grupos de trabalho de acordo com a temática de interesse. Ou

seja, eles afirmavam apoiar a discussão, mas não participaram efetivamente dela.

No entanto, ainda que não tenham atingido todas as expectativas, os encontros são vistos pelos seus organizadores como um grande exercício de atuação conjunta e abertura de um possível canal de comunicação. Este processo seria dinâmico e seus resultados nem sempre animadores, sendo que, muitas vezes, o diálogo em si não ocorre, e evidenciam-se relações de poder e interesses distintos. Porém, pode ser considerado enquanto um processo de aprendizagem, o exercício do próprio diálogo, resolução de conflitos e construção de conhecimento, envolvendo diversos atores e suas conformações institucionais.

#### **Aprendizagem coletiva e construção de conhecimento nos espaços de diálogo sobre os produtos da agrobiodiversidade**

Os espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade, que estão sendo tratados neste texto pela abordagem das comunidades de práticas (STUIVER, 2008), são discutidos por outros autores, que utilizam diferentes denominações para tratar desses grupos e encontros entre seus membros: *arenas* (OOTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), *situações de interface* (ARCE; LONG, 1994) e *gestão estratégica de nichos* (PLOEG, 2008). Todos esses espaços, incluindo as comunidades de práticas, envolvem o conhecimento partilhado entre os diversos atores e um processo de aprendizagem continuada, como forma de conduzir propostas de desenvolvimento rural.

A tônica dos encontros registrados situou-se entre uma adequação às regras impostas pela legislação e instituições normativas e a necessidade de modificar algumas normas que dificultam a realização das atividades desenvolvidas pelos agricultores.

Se por um lado, os técnicos afirmaram a necessidade de conhecer a legislação para poder propor alterações, os agricultores manifestaram

interesse em se adequar às normas, solicitando orientação técnica adequada. Porém, durante as discussões em pequenos grupos por temática de interesse, agricultores e alguns técnicos sugeriram mudanças significativas às normas existentes, através do reconhecimento das especificidades da agricultura familiar e do estabelecimento de outras prioridades. Alguns explicitaram, inclusive, a impossibilidade de adequar a legislação à realidade da agricultura familiar, sendo necessária uma alteração drástica. Porém, no momento de discussão no grupo mais amplo, os participantes de forma geral parecem se utilizar de uma posição intermediária, que ofereça maior possibilidade de diálogo com posições contrárias, ou seja, mostram-se dispostos a dialogar e interessados em conhecer os meandros do processo de regularização.

Sabourin (2009) e Wilkinson (2002) referem-se a esse diálogo enquanto um processo de institucionalização por meio do aprendizado de regras, sendo um dos princípios da ação em parceria evitar a substituição e o isolamento, ou seja, recorrer às instituições existentes, ainda que sejam imperfeitas, porém legítimas, em vez de construir novas instituições. Para garantir a participação e autonomia dos agricultores não seria necessário substituir as instituições de pesquisa e desenvolvimento pelas organizações de produtores, mas de valorizar, de forma coordenada, os conhecimentos e funções específicas destes três planos de ação: individual, coletivo e público. Essa abordagem se enquadra nos espaços registrados, onde apesar de todas as dificuldades visualizadas, procura-se, ainda, por soluções a partir das organizações existentes e não na criação de uma nova institucionalidade, apesar de isso ocorrer na prática. Cotidianamente os agricultores criam regras paralelas quanto ao seu trabalho e produção, mas também fazem o possível para se adequar às normas existentes, principalmente porque assim podem participar de

políticas públicas que beneficiam àqueles que estão de acordo com elas.

Para explicar os espaços de diálogo emergentes e a construção do conhecimento nestes locais, Arce; Long (1994) e Guivant (1997) utilizam-se do conceito das *situações de interface*. Nas situações de interface os atores locais podem ter espaço de manobra e capacidade de negociação que abre espaço de confronto entre diferentes estilos de vida e interesses, mas também de pontes que possibilitem diversos graus de acomodação. Assim, as discontinuidades podem ser superadas através dos processos de negociação, ou então, estes conflitos podem gerar uma distância ainda maior entre os corpos de conhecimento (GUIVANT, 1997).

Neste sentido, através da observação dos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade foi possível perceber que os avanços nas discussões podem ser extremamente lentos, por vezes dão saltos (que atendem ao menos temporariamente alguma reivindicação dos agricultores) e por vezes parecem retroceder, inibindo a própria continuidade do diálogo. As discontinuidades refletem as diferentes trajetórias, posições e interesses dos participantes. Por vezes o diálogo não tem o efeito esperado, gerando desconfiança, animosidades, intrigas, aumentando a distância entre as organizações, que podem, inclusive, recusarem-se em tornar a dialogar entre si.

Neste sentido, Arce; Long (1994) abordam as diferentes visões de necessidade e prioridade que estão em jogo nas *arenas*, onde reúnem-se diferentes atores para discutir questões referentes ao desenvolvimento. Os distintos repertórios desses atores estariam baseados em concepções diferentes de natureza e sociedade, conferindo uma distância entre os corpos de conhecimento, marcada, muitas vezes, pela desigualdade de prestígio entre eles. Sendo assim, os espaços de diálogo seriam necessários para negociar objetivos, utilizando da criatividade dos atores para criar

novas opções cognitivas e organizacionais entre eles.

Oostindie; Broekhuizen (2008) e Ploeg (2008), referem-se às diferentes dimensões envolvidas na aprendizagem coletiva, a partir do conceito de *gestão estratégica de nicho*, o qual também pode ser interpretado enquanto um espaço de diálogo criado a partir de alguns objetivos comuns. Uma das dimensões que podem ter importância para o contexto estudado é a *governança*, que se refere à capacidade de jogar simultaneamente em diferentes arenas. Ela diz respeito ao desenvolvimento negociado em momentos onde os diferentes domínios de regulação estatal interagem, bem como a criação de isenções a determinadas formas de lidar com efeitos e impactos negativos que, de outra forma, seriam altamente desarticulados. Se a governança for bem sucedida, ela cria espaço para fazer melhor do que através da imposição não mediada de esquemas reguladores (PLOEG, 2008).

Neste sentido, foi possível perceber uma disposição para o diálogo por parte de alguns técnicos, como ocorreu com o representante da organização responsável pela fiscalização ambiental, o qual participa ativamente nos grupos de trabalho afirmando sua intenção pela construção de regras mais condizentes com a realidade como forma de atender melhor os propósitos da própria organização, ao invés de ações punitivas.

A *política* se refere à capacidade de envolver, comprometer, mobilizar e usar o apoio de outros para criar, defender e expandir o espaço de manobra necessário (PLOEG, 2008). Pode-se perceber visivelmente a capacidade de alguns atores neste sentido, os quais se deslocam por diversos espaços, contatando as mais diferentes organizações e pessoas conforme a necessidade, usufruindo estrategicamente de cada uma delas no que podem lhe servir em determinada situação.

Stuiver (2008), no contexto das comunidades

de práticas, também aborda alguns processos envolvidos na aprendizagem coletiva e produção de conhecimentos, essenciais para criar entendimento mútuo entre os participantes. A *participação* implica que os membros da comunidade moldem suas identidades na relação com os outros, as quais podem ser baseadas no conflito e na harmonia. Inevitavelmente, a produção de conhecimento dentro de uma comunidade de práticas também envolve negociação e manejo do conflito. Enquanto os atores desenvolvem conhecimento, eles são influenciados por formas existentes de conhecimentos, visões, ideais e interesses. A partir disso, eles negociam sobre o que pode ser considerado como verdade ou útil no seu contexto. Esta negociação envolve elementos de conflito, luta e alinhamento.

Conflitos confrontam os atores com suas várias opiniões e interpretações e são um gatilho da aprendizagem e da mudança, pois, as vezes, em situação de conflito, os problemas se tornam mais urgentes e isto acelera sua resolução (STUIVER, 2008). Os atores precisam formular nestas situações, resoluções possíveis que respondam aos argumentos de atores com diferentes visões. Assim, contestando a validade dos argumentos de cada um, o grupo é estimulado a reafirmar a validade de seus argumentos e reivindicações na construção do conhecimento.

Essas reflexões são particularmente importantes para esta pesquisa, porque enaltecem a necessidade de confrontar diferentes conhecimentos e posições através do diálogo, ainda que nestes momentos apareçam mais as diferenças e os conflitos entre os participantes, podem ser um estímulo à reversão de posições extremadas e solidificadas. No entanto, o que se observa é quase sempre um retorno ao posicionamento original após uma longa discussão, o que não desqualifica o processo, apenas evidencia uma de suas características, a necessidade da sua continuidade para que se torne

algo significativo.

Stuiver (2008) busca o entendimento da construção social e cognitiva do conhecimento e de como as diferentes verdades são construídas nesses espaços. O construtivismo social considera verdade e fato como desfechos de interações, conflitos e alinhamentos. Como os atores produzem conhecimento em diferentes contextos, o resultado são formas heterogêneas de conhecimento que diferem em termos de conteúdo e orientação. Nos espaços registrados são apresentadas as verdades e crenças de cada participante em relação ao tema que está sendo discutido, sendo que apenas alguns participantes se colocam como dispostos a aprender nesses espaços e construir algo novo. Neste sentido, verifica-se que a relação de maior proximidade entre técnicos que atuam na extensão rural e os agricultores familiares, propicia que um se coloque no lugar do outro e entenda suas "verdades", sejam elas provenientes do saber local ou técnico-científico, processo que costuma ser lento e construído cotidianamente.

Complementando essas ideias, Guivant (1997) apresenta uma abordagem não dicotomizada a partir da análise de como se constroem os conhecimentos científico e local. Partindo de um reconhecimento do conhecimento científico como parcial e não como uma verdade absoluta, e fazendo uma crítica a propostas que trabalham com a diretriz segundo a qual o conhecimento local dos agricultores deve ser central na formulação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Desconstruindo o pressuposto de que todo conhecimento local é sustentável-holístico, em oposição a um conhecimento científico-predatório-parcial (GUIVANT, 1997). Este fato se apresenta com as organizações que trabalham diretamente com os agricultores no estado, e fez parte de um processo de transição necessário, em que foram valorizadas as práticas e os saberes dos agricultores e de certa forma menosprezados os conhecimentos oriundos dos especialistas e

baseados no método científico.

Sendo assim, o conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado a suas experiências, o que vale para conhecimento local ou científico. O conhecimento mais adequado à determinada situação emergiria como resultado de acomodações entre diferentes mundos dos atores, decorrendo disto o fato de que não se podem estabelecer delimitações sociais rígidas entre tipos de conhecimento. Neste contexto, não existiria um tipo de conhecimento mais apropriado em termos ambientais, por exemplo, devendo isto ser avaliado pelos atores na prática, na forma como os conhecimentos, sejam locais ou científicos, vão ao encontro das expectativas dos atores locais, funcionando nos seus mundos. Neste sentido, Guivant (1997) propõe uma interdependência entre ambos os conhecimentos, hibridação ou fusão de horizontes.

O espaço de diálogo registrado pode ser entendido enquanto uma tentativa de hibridizar diferentes conhecimentos naquilo que possuem de mais pertinente para as propostas relacionadas à circulação dos produtos da agrobiodiversidade. Porém, o que se percebe na prática, é uma grande dificuldade em conciliar conhecimentos tão distintos, embora eles coexistam de formas totalmente inesperadas em experiências localizadas. Nesses encontros entre o saber local e o técnico-científico ainda apresentam-se elementos totalmente opostos, vinculados ao certo e o errado, ao legal e o ilegal. Porém, se alguns técnicos estão convictos de que a lei existe para ser cumprida, outros percebem que esta pode ser alterada conforme a necessidade das pessoas.

Para elucidar essa interdependência ou hibridação entre diferentes conhecimentos, podemos nos utilizar do conceito de conhecimento contextual, proposto por Oostindie; Broekhuizen (2008). Os autores o definem como um processo de acumulação de capacidades tecnológicas e

habilidades que ocorre somente quando o conhecimento é ativamente mobilizado, divulgado e desenvolvido dentro de um determinado território. Belussi; Pilotti (2000) consideram o conhecimento contextual como a mistura localmente construída de fontes de conhecimento tácito e codificado, não-transferível, nem imitável. Essa mistura dificilmente é colocada em prática, mas um exercício neste sentido está ocorrendo por meio do diálogo cada vez mais constante entre esses diferentes conhecimentos. O próprio interesse acadêmico no conhecimento tácito e em conhecer o processo de elaboração do conhecimento contextual reflete essa vontade. O fato desse tipo de conhecimento ser tão localizado remete a necessidade de constante interação, não podendo simplesmente serem replicadas experiências que funcionaram em outros contextos.

Arce; Long (1994) evidenciam as implicações de colocar o conhecimento como ponto de partida na análise das questões referentes ao desenvolvimento rural. Essa posição seria importante no planejamento da intervenção como uma negociação de interesses e relacionamentos, na discussão da construção social do poder nas práticas de desenvolvimento rural, e no reconhecimento da diversidade, mobilidade e transcrição do conhecimento na implementação de políticas rurais. Para tanto, os autores apontam a necessidade de um corpo teórico detalhado de estudos de caso etnográficos que foquem nos conhecimentos e estratégias dos atores em condições de desenvolvimento, dando prioridade para elucidação e análise das controvérsias do conhecimento no desenvolvimento de projetos e o modo como interage essa multiplicidade numa *arena*.

Por fim, Ploeg (2008) refere-se a algumas dessas experiências que vão contra o regime dominante como “*um esforço ilusório contra a maré*”, evidenciando as dificuldades e os resultados a longo prazo dessas alternativas.

Referindo-se aos grupos que estuda ele ressalta que a manutenção de *nichos estratégicos* (que neste trabalho são tratados como espaços de diálogo) tem sido um processo difícil, não-linear e instável em direção a uma maior autonomia. De fato, as experiências de sucesso relatadas por alguns autores mostram que é necessário um tempo de maturação das ideias em um processo de aprendizagem, sendo que a construção do conhecimento envolve muitas interações e um processo de negociação que pode ser lento e não necessariamente levar a algo melhor do que se tinha antes. Porém, seria uma das formas mais interessantes de se promover o desenvolvimento rural, a qual parte das necessidades locais e considera todas as formas de conhecimento que podem contribuir para supri-las.

### **Considerações finais**

A partir da reflexão sobre o diálogo emergente se pode concluir que ele tem uma função fundamental a longo prazo para este grupo, porém, não substitui as decisões que são tomadas cotidianamente para resolver situações práticas. Se por um lado os agricultores reivindicam nos espaços de diálogo a criação de uma legislação específica para a agricultura familiar, alegando que necessitam da regularização de sua produção para trabalharem com tranquilidade, por outro, continuam a encontrar caminhos para desenvolver suas práticas de modo informal.

É válido ressaltar que a criação de uma norma específica provavelmente geraria outras exclusões, daqueles que não conseguissem se adequar às especificidades da lei. Essa situação gera um debate do ponto de vista acadêmico, que pode interrogar o quanto seria interessante para a agricultura familiar que suas práticas passem a fazer parte do sistema convencional de regras regidas pelo Estado. Esse debate não ocorre claramente nos espaços de diálogo, onde a adequação às leis é colocada em primeiro lugar

pela maioria dos participantes.

De acordo com alguns técnicos, a adequação às normas ou a criação de uma norma específica seria a única forma de garantir cidadania aos agricultores, os quais muitas vezes realizam suas atividades com receio de terem seus produtos apreendidos. A regularização dos produtos e espaços de processamento também garantiria o acesso às políticas públicas como os programas de comercialização e a possibilidade de mais consumidores conhecerem os produtos da agrobiodiversidade, disponibilizados desta forma em mercados mais amplos. Neste sentido, a regularização dos produtos seria um caminho interessante, inclusive para a manutenção das práticas dos agricultores a longo prazo.

Por outro lado, alguns técnicos apontam para o fato do agricultor estar perdendo sua capacidade inventiva e criativa, que são justamente as características de seu modo de produzir artesanal. Estariam sendo condicionados a seguir padrões e o próprio processo de regularização fomentado por várias organizações contribuiria para a homogeneização das práticas relacionadas à produção de alimentos. Se por um lado existe uma pressão para que estes produtos sigam na informalidade pelas indústrias de alimentos, para evitar a competição com esses produtos, por outro, esta condição pode ser uma estratégia para garantir as características que diferenciam os produtos da agricultura familiar, criadas justamente para atender a qualidade exigida pelos consumidores, que adquirem seus produtos com base em uma relação de confiança, a qual precisa ser renovada a cada compra.

Embora o debate aparentemente ainda não gere tantos resultados práticos como esperados, ele implica em uma ampliação do espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade. Este se encontra fortalecido por algumas políticas públicas de incentivo e recursos que financiam os projetos das ONGs, gerando discussões profícuas, e,

fundamentalmente tornando pessoas, processos e produtos visíveis aos consumidores, aos gestores públicos e às organizações que têm algum tipo de influência sobre os espaços de comercialização, processamento e manejo da agrobiodiversidade.

#### Referências Bibliográficas

- ARCE, A; LONG, N. Re-positioning knowledge in the study of Rural Development. In: SYMES, D.; JANSEN, A. J. (eds.). **Agricultural restructuring and rural change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994, p. 75-86.
- BELUSSI F.; PILOTTI, L. **Knowledge creation and collective learning in the Italian Local Production Systems**, Discussion Paper. n. 21, Department of Economics, Padua University. 2000.
- ECKERT, P. **Communities of practice**. Encyclopedia of language and linguistics. Elsevier. 2006.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (EMBRAPA). Brasília, v.14, n.3, 1997, p. 411-448.
- KUBO, R. R. Metodologias participativas e sistematização de experiências. In: **Agricultura e sustentabilidade**. Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo. Universidade Aberta do Brasil UAB/UFRGS e Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 135 - 150.
- LEAL, G.; CÂMARA, I. **Mata Atlântica, Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas**. 2005.
- OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (eds.) **Unfolding Webs: the dynamics of regional rural development**. Van Gorgum, 2008.
- PLOEG, J. D. Lutando por autonomia em níveis mais elevados de agregação: cooperativas territoriais. In: \_\_\_\_\_. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2008.
- PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural Development and the construction of new, nested markets. 2011.
- SABOURIN, E. Mudança social e técnica. In: \_\_\_\_.

- Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTILLI, J.; EMPERAIRE, L. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (orgs). **Povos Indígenas no Brasil (2001-2005)**. 2006.
- STUIVER, M. **Regime change and storylines, a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch dairy farming.** Wageningen: Wageningen University and Research Centre. 2008.
- THIOLLENT, M.; SILVA, G. O. **Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais.** RECIIS, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-100, 2007.
- WENGER, E. **Communities of Practice: learning, meaning and identity.** Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1998.
- WENGER, E. **Communities of practice: a brief introduction.** 2006. Disponível em: <<http://www.ewenger.com/theory/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2012.
- WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.